

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZOITO.-----

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito reuniu, pelas vinte e uma horas, na sala de sessões da Sede da Sede do Município, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

1. Expediente.-----

2. Ata.-----

3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL -----

---a) **Declarações – compromissos plurianuais, pagamentos em atraso e recebimentos em atraso, para conhecimento;** -----

---b) **Declaração de Interesse Público Municipal da Empreitada designada “Adução de Ermidas-Sado e Fornalhas Velhas”;**-----

---c) **Projeto de Regulamento para Apoios Financeiros a Atletas Individuais do Município de Santiago do Cacém;** -----

---d) **Aquisição de combustíveis rodoviários - Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais.** -----

4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Matos Cascão da Silva, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Manuel Botelho Mourão, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Rui Manuel Maria Beles Vieira, Francisco de Oliveira Pereira, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Francisco Alfeirão Rodrigues, Rui Estevam de Matos, Ricardo Jorge da Cruz, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Helder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro dos Santos Beijinha, e dos senhores Vereadores Maria Margarida Costa Rosa Cardoso dos Santos, Albano Joaquim Mestre Pereira, Jaime António Pereira Pires de Cáceres e Óscar Domingues Ramos. -----

Não compareceram os membros: Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA-----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, deu conhecimento de que o Senhor Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, eleito do PS, se fazia substituir na presente sessão, pela **Senhora Raquel Louro Vieira Correia**, e a Senhora Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco, eleita da Coligação Santiago do Mais, se fazia substituir pelo **Senhor António Manuel Alves Gamito de Matos**, eleitos que se seguem *imediatamente na ordem das respetivas listas*, em conformidade com o previsto no artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM – VISITA ÀS FREGUESIAS PELOS ELEITOS NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

A Senhora Presidente deu conhecimento de que a Mesa da Assembleia Municipal estava a organizar visitas às freguesias, em três sábados distintos, para as quais convidava todos os eleitos, acrescentando que o programa das visitas seria remetido por e-mail. ----

Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, foi apresentada a seguinte proposta da Mesa da Assembleia: -----

“No âmbito das **Comemorações do Dia Internacional da Mulher, propõe-se a criação de uma Instalação de saias no Largo 25 de Abril, em S. Domingos.**

As saias podem ser confeccionadas com material diverso, nas quais deverão ser colocadas mensagens alusivas à Mulher. -----

A iniciativa está aberta à participação de todos. -----

A inauguração da instalação terá lugar no dia vinte e quatro de março de dois mil e dezoito, às quinze horas.”-----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

SAUDAÇÃO – DIA DA MULHER -----

Pela Senhora Adelaide Lemos, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte Saudação: -----

“A contribuição das mulheres para o desenvolvimento do País é inquestionável e imprescindível. Persistem no entanto desigualdades, discriminações e violência que atentam contra a sua dignidade. -----

Consideramos que é necessária uma verdadeira política de igualdade que valorize o trabalho, as reformas e as pensões, a igualdade salarial e o respeito pela função social da maternidade e da paternidade. -----

Ainda se encontram por resolver não só problemas como a promoção do direito à saúde para todos, segurança social, justiça, habitação e transportes, mas também o acesso a uma rede pública de apoio à infância, aos idosos e à pessoa com deficiência. -----

Porque muitas gerações de mulheres lutaram e lutam para que esses direitos estejam consagrados na lei e porque esta luta tem de prosseguir no presente a fim de que sejam integralmente cumpridos. -----

Saudamos todas as mulheres e o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher e convidamos todos a participar na manifestação do dia 10 de março, em Lisboa, organizada pelo Movimento Democrático de Mulheres que celebra cinquenta anos de atividade.”-----

MOÇÃO SOBRE O DIA INTERNACIONAL DA MULHER. -----

Pela Senhora Susana Pádua, em representação dos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte Proposta de Moção: -----

MOÇÃO

-----Dia Internacional da Mulher (8 de março)-----

O Dia Internacional da Mulher assinala a luta das mulheres, em prol do desenvolvimento e do progresso. Neste dia recordamos, o que se tem conquistado ao longo dos tempos, um exemplo está na realização de tarefas domésticas, que há uns anos atrás eram mais identificadas como sendo do domínio exclusivo da esfera feminina, são agora interiorizados como partilháveis. São sinais positivos, mas que tem que se relevar como comportamentos robustos e consistentes para mudar este paradigma.

Sabemos que as mulheres estão em maioria nas universidades, e têm mais formação, mas que isso não se traduz no acesso aos cargos de dirigentes, estes ainda continuam a ser ocupados maioritariamente por homens. Tradicionalmente a mulher tinha um percurso definido, nascer, aprender a cuidar da casa, educar os filhos, ser boa mulher e fazer disso o seu papel primordial de vida. Apesar de já se identificarem alguns sinais de mudança, comportamentos de potenciação de igualdade de género, dados oficiais revelam que as mulheres gastam, em média, mais dezassete horas semanais que os homens, a cuidar da família e a realizar tarefas domésticas.

Em pleno século XXI continua a haver, na sociedade portuguesa, desigualdades de género que afetam a vida das mulheres, na esfera pública e na esfera privada. Continuam a ter salários mais baixos, mais horas de trabalho, mais desemprego, menor sucesso nas carreiras mas que lutam, pelos seus direitos, conjugando o seu quotidiano profissional com as tarefas de educação e transmissão de valores exigidas pela nossa sociedade.

Estando cientes, que a discriminação de género ainda persiste na sociedade portuguesa e que a igualdade de género se encontra consagrada em todos os instrumentos legais internacionais e nacionais.

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida hoje, delibera: -----

- Repudiar todas as formas de discriminação de género e saudar todas as mulheres do seu concelho. -----

- Saudar todas e todos, os que diariamente conseguem perspetivar o futuro, nos princípios da Liberdade, Democracia e Equidade, lutando pela igualdade entre homens e mulheres, construindo assim uma sociedade mais justa.”-----

A Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** para discussão. -----

Interveio a Senhora Dulce Rito, eleita do PS, referindo só haverá igualdade de género no dia em que não for necessário comemorar o Dia da Mulher. -----

O Senhor José Cascão da Silva, eleito do PS, referindo que a Bancada do PS na Assembleia Municipal era composta por cinquenta por cento de homens e cinquenta por cento de mulheres, considerando que esta era também uma forma de comemorar o Dia da Mulher e a prova concreta da política do PS relativamente à igualdade de género. ----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

Pelo Senhor Rui Vieira, eleito do BE, foi apresentada a seguinte Recomendação:---

-----“RECOMENDAÇÃO-----

-----Pela democratização do Boletim Municipal-----

Considerando que a ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social, na sua Diretiva nº 1/2008, de 24 de setembro de 2008, vem esclarecer dúvidas existentes sobre o regime legal relativo à caracterização, à missão e às obrigações que impendem sobre

as publicações periódicas editadas pela administração regional e local, nomeadamente em matéria de pluralismo político. -----

Considerando que a ERC no nº 8, da mesma Diretiva, conclui: “Tratando-se de publicações de titularidade pública e sujeitos pelo princípio do pluralismo e ao princípio de equilíbrio de tratamento entre as várias forças políticas presentes nos órgãos municipais, encontram-se obrigadas a veicular a expressão dessas diferentes forças e sensibilidades, e em matérias relativas à atividade autárquica (redação dada por deliberação do Conselho Regulador de 28 de setembro de 2011.). -----

Considerando, ainda, que a ERC no nº 8-A, da já citada Diretiva, confirma que: “ Os responsáveis das publicações periódicas autárquicas, deverão respeitar o princípio de equilíbrio de tratamento entre as várias forças políticas presentes nos órgãos municipais, o que poderá consubstanciar-se na criação de espaços editoriais dedicados à intervenção dessas mesmas forças, (artigo aditado por deliberação do Conselho Regulador de 28 de setembro de 2011.).” -----

Assim a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em 23/02/2018, delibera recomendar que a Câmara Municipal de Santiago do Cacém: -----

1.No Boletim Municipal seja criado espaço onde a Assembleia Municipal publicite os seus trabalhos, e, que as forças políticas nela representada possam também expressar as suas posições através de artigos de opinião.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de recomendação para discussão. -----

Interveio o Senhor João Alberto Guerreiro, eleito da CDU, referindo que o Boletim Municipal era um órgão de informação da Câmara Municipal, para divulgação da atividade municipal. Acrescentou que o debate político era feito nas sessões da Assembleia Municipal, as quais são públicas, e cujas atas retratavam o resultado do mesmo. -----

A Senhora Susana Pádua, eleita do PS, referiu que concordava com a proposta de recomendação apresentada, acrescentando que, ao longo dos tempos, o PS tem lutado para conseguir o direito ao exercício de um artigo de opinião no Boletim Municipal, o que registaria com agrado, em nome da democracia. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referindo que esta matéria já tinha sido discutida muitas vezes nos órgãos autárquicos. Acrescentou que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal eram órgãos autárquicos compostos por eleitos de diferentes forças políticas e que a sua participação, de forma proporcional, no Boletim Municipal, iria trazer mais pluralidade ao debate relativamente a questões de interesse municipal e não àquelas que dizem respeito à atividade partidária.

Mais referiu que se tratava de uma recomendação da Entidade Reguladora da Comunicação Social a que todas as autarquias deviam corresponder favoravelmente e à qual a Câmara Municipal não tem sido sensível, ao contrário do que acontece em vários municípios. -----

O Senhor Joaquim Gamito, eleito da CDU, considerou que o que se pretendia era utilizar o Boletim Municipal para fins políticos e partidários, quando o mesmo se destina à divulgação da atividade da Câmara Municipal. Acrescentou que os partidos têm meios próprios divulgarem as suas posições. -----

Interveio o proponente da Recomendação, Senhor Rui Vieira, eleito do BE, questionando, se a posição dos eleitos do PCP ao considerarem que havia a intenção de partidizar o Boletim Municipal e que o mesmo era um órgão de informação da Câmara Municipal era diferente da posição daquele Partido, em outros municípios do

País, tendo em conta que os eleitos do PCP na Câmara Municipal de Aveiro apresentaram uma proposta de recomendação com a mesma redação da sua. -----
Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Recomendação** a votação, a qual **foi rejeitada, por maioria**, com dezassete votos contra dos eleitos da CDU e doze votos a favor, sendo sete dos eleitos do PS, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, e um do eleito do BE.

-----**RECOMENDAÇÃO**-----

Pela Senhora Dulce Rito, em representação dos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte Proposta de Recomendação: “Criação do Provedor do Idoso, nomeado pela Câmara Municipal e aprovado pela Assembleia Municipal.”-----

FUNDAMENTOS: Um estudo da Organização Mundial de Saúde que envolveu 53 países coloca Portugal no grupo dos cinco piores no tratamento aos mais velhos, com 39% dos idosos vítimas de violência. -----

Os dados foram hoje citados, no Porto, numa conferência sobre “Reaprender a Idade: Contributos interdisciplinares”, pela médica e vice-presidente da Comissão de Proteção ao idoso, Antonieta Dias, que afirmou que “Portugal é o país da Europa que menos investe nas pessoas da terceira idade”.-----

“Estamos no topo da Europa como o país que menos investimento tem para os idosos.

Neste momento somos o país que tem piores condições para cuidar dos idosos, porque falta fazer o investimento credível e acompanhado do idoso, que consiste, nomeadamente, em criar mais alojamentos, investir nos cuidadores, nas pessoas que acompanham os idosos e alargar o leque de investimento em relação ao apoio à terceira idade.-----

Aquela responsável apresentou uma proposta desafiante, que é “fazer com que as instituições que têm lucro invistam esses lucros na realização de outros lares, que permitam acolher as pessoas que têm condições económicas mínimas. -----

Grande parte dos idosos tem reformas de 400/500 euros e não podem pagar mil euros para estar institucionalizados durante um período temporário ou definitivo. O meu desafio é que todos comecemos a despertar para esta problemática e fazer com que os lucros das casas que institucionalizam os idosos sejam investidos em lares adaptáveis aos nossos rendimentos. Estamos na Europa, mas os nossos rendimentos estão léguas de distâncias de todos os europeus. -----

Portugal tem um sério problema no que respeita ao mau trato contra idosos.-----

Da lista negra fazem parte apenas mais quatro países: Sérvia, Áustria, Israel e República da Macedónia.”-----

A comissão de proteção ao Idoso avançou há cerca de um ano com a criação da provedoria do idoso, porque a nível local, não obstante o trabalho meritório das misericórdias, das próprias autarquias e associações que estão no terreno, não existe nenhuma instituição que se dedique e que se ocupe concretamente dos idosos.-----

Essa figura, segundo Carlos Branco, enquadra-se sempre no município, por serem as entidades mais próximas das populações, conseguindo de forma hábil diagnosticar os problemas sociais locais.-----

Preconizamos que esse Provedor seja indicado pela Câmara Municipal e aprovado em Assembleia Municipal e, depois, terá de ser validado pela Comissão de Proteção do Idoso, com quem vai trabalhar.”-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, o qual referiu que acompanhavam a preocupação constante na proposta de Recomendação.

Mais referiu que tendo em conta aqueles indicadores tinha sido apresentada, recentemente, na Assembleia da República, uma proposta de lei para criminalização por maus tratos e abandono de idosos em unidades hospitalares, a qual, estranhamente, foi rejeitada pelos partidos que suportam o Governo. Acrescentou que esta decisão foi tomada no mesmo País que criminaliza o abandono dos animais.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** de Recomendação a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.-----

RESULTADOS OBTIDOS PELAS ESCOLAS DO CONCELHO NOS EXAMES NACIONAIS DE 2017. -----

PROPOSTA DE AGRADECIMENTO E RECONHECIMENTO -----

Pelo Senhor Manuel Mourão, em representação dos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte “Proposta de Agradecimento e Reconhecimento pelos resultados obtidos pelas escolas do Concelho nos exames nacionais de 2017: -----

No dia 3 de fevereiro a comunicação social publicitou e divulgou os resultados dos exames nacionais no 3º Ciclo/9º ano e no ensino secundário/11º e 12º ano referente ao ano letivo 2016/2017. Os números divulgados mostram que os alunos de Santiago do Cacém estão nos 20% dos concelhos com melhores resultados. -----

Assim a Câmara de Santiago do Cacém reunida hoje 22 de fevereiro de 2018, em reunião ordinária, agradece e reconhece o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos professores, funcionários, alunos e famílias dos quatro agrupamentos de escola que se reflete nos resultados obtidos. Ou seja, estão de parabéns os: -----

. Agrupamento de Escolas Arménio Lança – Alvalade Sado; -----

. Agrupamento de Escolas do Cercal; -----

. Agrupamento de Escolas de Santo André – Escola Secundária Padre António Macedo;

. Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém – Escola Secundária de Manuel da Fonseca. -----

Deverá o presente agradecimento e reconhecimento ser dado a conhecer pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal aos quatro Agrupamentos de Escola do Concelho de Santiago do Cacém.”-----

O Senhor Manuel Mourão informou que a mesma proposta tinha sido apresentada na Câmara Municipal pelo Vereador do PS e subscrita pelo Vereador da Coligação Santiago do Cacém Mais.-----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.-----

CIDADE DE SANTIAGO DO CACÉM – ABERTURA DA IGREJA MATRIZ AO PÚBLICO -----

O Senhor Francisco Lobo de Vasconcellos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que com o encerramento do Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja deixou de ser assegurada a abertura ao público da Igreja Matriz, onde se encontra Arte Sacra, questionando se a Câmara Municipal, no âmbito das suas competências, poderá encontrar uma solução que permita que a Igreja possa continuar a ser visitada, tendo em conta a procura por parte de muitos turistas.-----

O Senhor Presidente informou que havia mais de quinze anos que a Câmara Municipal tinha um Protocolo com a Diocese de Beja, no âmbito do qual a Autarquia procedia à transferência de uma verba de treze mil euros que garantia a abertura da Igreja Matriz ao público. Acrescentou numa reunião com o Senhor Bispo de Beja, foi transmitido à Câmara Municipal que o Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese ia ser extinto, pelo que, a Autarquia não devia proceder à transferência daquela verba. Acrescentou que, passado algum tempo voltou a colocar a questão ao Padre Pedro Guimarães, o qual reiterou que a verba não devia ser transferida, informando que a Paróquia tentaria assegurar a abertura da Igreja com recurso a voluntários, ainda que a Câmara Municipal pudesse vir a dar alguma ajuda. Mais informou que o assunto voltou a ser colocado ao atual responsável da Paróquia, o Padre Paulo, tendo o mesmo reiterado aquela decisão. -----

Concluiu, referindo que não fazia sentido os visitantes não terem acesso à Igreja Matriz, pelo que, iria abordar novamente o assunto com o Padre Paulo, no sentido de se encontrar uma solução para este assunto.-----

SITUAÇÃO DE SECA NO PAÍS -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que o País atravessava momentos dramáticos de seca extrema em setenta e sete por cento da sua extensão e que o Alentejo estava a definhar com problemas muito sérios em consequência da mesma. -----

Mais referiu que se tratava de um problema estrutural que devia preocupar todos, e que, embora existam alguns planos de contingência e tenham sido tomadas medidas de apoio aos agricultores, as mesmas tem demorado a chegar.-----

Acrescentou que outros países, como por exemplo a Espanha, recorrem à água do mar, procedendo à sua dessalinização, para a tornar potável.-----

Referiu também que o Município de Santiago do Cacém tem uma vasta área rural e de regadio, mas as duas barragens estão quase secas, o que impossibilitará a cultura do arroz, com graves prejuízos para os agricultores, tendo a Associação de Regantes vindo a alertar para este grave problema. -----

Concluiu, referindo que é preciso tomar medidas para fazer face à situação, questionando sobre as ações que a Câmara Municipal prevê desenvolver e como está a acompanhar esta situação. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a seca no País, em geral, e no Município, em particular, era um motivo de preocupação para todos. Acrescentou que tem mantido contactos sobre este assunto com a Associação de Regantes de Campilhas e Alto Sado e que está agendada uma reunião para a análise conjunta dos problemas.----

Mais informou que aquela Associação prevê que no ano em curso não sejam cultivados mais de quatro mil hectares de regadio no Município, nomeadamente de arroz, milho e tomate. -----

Informou também que os últimos dados disponíveis indicavam que os níveis das barragens eram, de 8,1% no Monte da Rocha, 29,2% na Fonte Serne e 4,3% em Campilhas. -----

Informou ainda que a Associação de Regantes tinha pedido um transvase de água da Barragem do Alqueva, sendo que, a sua concretização vai demorar algum tempo. -----

Referiu ainda que esta situação afetava todo o País, com grande incidência na zona hidrográfica do Sado, afetando muitas famílias e colocando também em causa o funcionamento da Associação de Regantes, na qual trabalham vinte e nove pessoas, e que tem vindo a desenvolver um trabalho meritório na sua área de intervenção.-----

Concluiu, referindo que a Câmara Municipal estava a acompanhar a situação, com a qual está extremamente preocupada. -----

Interveio a Senhora Dulce Rito, eleita do PS, referindo que eram também necessário tomar medidas para poupar água, chamando a atenção que a rega por aspersão está a ser feita, de forma contínua, num espaço público na zona da Cativa, considerando que esta ação devia ser mais fiscalizada. -----

Questionou também sobre as medidas concretas da Câmara Municipal relativamente à situação de seca. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o racionamento da água era um dever de todos os cidadãos e também das autarquias. -----

Esclareceu que as situações de desperdício de água, na rega automática, resultavam da falta de um sistema de otimização, no qual a Autarquia estava a investir. -----

Acrescentou que quando alguém detetar estas situações deverá reportar a mesma à Câmara Municipal, o que tem vindo a ser uma prática por parte de muitos cidadãos. -----

Mais informou que não estava em causa o abastecimento pública de água no Município, porque este dispunha dos melhores aquíferos do País, na Freguesia de Santo André e também nas freguesias de Ermidas e de Alvalade. -----

Interveio o Senhor Rui Vieira, eleito do BE, referindo que Israel, Espanha e outros países, recorreram à dessalinização da água do mar para resolver o problema da falta de água potável, mas parece que se trata de um processo com custos muito elevados. -----

Mais referiu que algum desperdício de água resultava também do facto de, em alguns Municípios, as redes de abastecimento serem muito velhas, sendo que, algumas autarquias não têm os recursos financeiros para procederem à sua remodelação, necessitando do apoio do Governo nesta matéria. -----

Questionou se a rede de abastecimento público de água do Município estava em condições ou se necessitava de melhoramentos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a questão da poupança de água tinha também a ver com os sistemas de gestão da mesma. Acrescentou que a Câmara Municipal geria a água em baixa e, havia mais de quarenta anos, que a Autarquia tinha tomado a opção política de investir na rede de saneamento e de abastecimento de água e na sua qualidade, para levar água a todos os lugares do Município. Acrescentou que embora se prossiga com esta ação, de uma forma constante, existem sempre situações em que é necessário intervir, sendo que, nas zonas rurais, nem sempre são fáceis de detetar as eventuais ruturas. Mais informou que a CM tem vindo a desenvolver uma ação estratégica de remodelação da rede de água para os passeios, antes das pavimentações, no sentido de facilitar futuras intervenções na mesma. -----

Mais referiu que outra questão importante que se colocava era o acesso das câmaras municipais aos Fundos Comunitários para investirem nestas infraestruturas, matéria que mereceu da parte do PCP, na Assembleia da República, a apresentação de uma Recomendação ao Governo, sendo que, a mesma contrariava a estratégia política do Governo que ia no sentido das câmaras municipais só terem acesso àquelas verbas se tivessem agregadas a um sistema multimunicipal, quando a gestão da água, em baixa, é uma competência dos municípios consagrada na Constituição da República. -----

Referiu ainda que o Município de Santiago do Cacém, no que respeitava à gestão da água, em alta, estava agregado a um sistema público, público, ao contrário de outros municípios do País, em que os tarifários são definidos por privados. -----

Concluiu, referindo esperar que a Recomendação aprovada na Assembleia da República seja colocada em prática, para que os municípios tenham acesso aos Fundos

Comunitários para puderem investir na remodelação e conservação das infraestruturas de abastecimento de água.-----

PARQUE INDUSTRIAL DE SANTIAGO DO CACÉM – ARRANJOS EXTERIORES-----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que teve conhecimento que a Câmara Municipal tinha cedido alguns materiais de construção a empresários com estabelecimentos na ZIL de Santiago do Cacém, para os mesmos executarem os arranjos exteriores, questionando se esta situação estava prevista no Regulamento dos Parques Industriais.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a Câmara Municipal ainda não conseguiu executar todas as infraestruturas nos vários parques industriais do Município, por falta de meios financeiros, sendo que, alguns empresários manifestaram disponibilidade para os executar os arranjos exteriores junto aos seus equipamentos, tendo a Autarquia disponibilizado os materiais para o efeito.-----

Mais informou que, finalmente, tinha sido publicados o aviso do concurso para apresentação de candidaturas a fundos comunitários para os parques empresariais, acrescentando que existem somente cerca de doze milhões de euros para todo o Alentejo e alguns municípios do Ribatejo.-----

Informou ainda que a Câmara Municipal vai executar, por administração direta, as obras na Rua dos eletricitas, no Parque Industrial de Santo André, conforme o previsto no Orçamento do ano em curso.-----

Interveio novamente O Senhor Pedro do Ó Ramos, referindo que a execução daquelas infraestruturas era da responsabilidade da Autarquia, tendo os empresários se disponibilizado para as executar com o material cedido pela mesma, sendo que, no caso concreto de que teve conhecimento, o empresário não recebeu o material suficiente e foi notificado pela Câmara Municipal por não ter executado a obra conforme estava previsto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que tinha havido um compromisso do empresário para realizar a obra num determinado prazo, o qual não foi cumprido pelo mesmo.-----

Mais informou que a Câmara Municipal tinha um projeto para os arranjos exteriores, tendo o empresário em causa solicitado a sua alteração, a qual mereceu o acordo da Autarquia, mas as obras não avançaram, ficando o material depositado no local durante muito tempo, daí a notificação. Acrescentou que já tinha abordado o assunto com o empresário no sentido de se encontrar uma solução, dado que o mesmo continua interessado em executar as obras.-----

Acrescentou que a Autarquia cede todo o material que é necessário para as intervenções.-----

-----ORDEM DO DIA:-----

1. Expediente-----

A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, de janeiro a fevereiro de dois mil e dezoito, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

2. Atas-----

A Senhora Presidente informou que só será possível aprovar a ata da Sessão ordinária de dezembro na sessão ordinária de abril, por dificuldades administrativas no Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos, devido à ausência, por doença, de uma das funcionárias.

3. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL

--- a) Declarações–compromissos plurianuais, pagamentos em atraso recebimentos em atraso;

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, para “**Dar conhecimento** à Assembleia Municipal de todos os compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2017.*

FUNDAMENTOS: Alíneas a) e b) do nº1 e alínea c) do nº2 do artigo 15º da Lei nº8/2012, de 12 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março e artº 17 do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho.”

*Documentos que são dados como reproduzidos na presente ata com o número dois, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal.

A Senhora Presidente colocou o assunto para discussão.

Interveio o Senhor Jorge Magrinho, eleito da CDU, referindo que era de enaltecer o facto de não existirem dividas aos fornecedores, o que era um indicador de uma boa gestão da Câmara Municipal.

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que a Lei dos Compromissos contribuiu para melhorar a qualidade da gestão financeira nos municípios.

--- b) Declaração de Interesse Público Municipal de Empreitada;

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** 1- Que seja declarado o Interesse Público Municipal relativamente à Empreitada designada “Adução de Ermidas-Sado e Fornalhas Velhas” a realizar pelas Águas Públicas do Alentejo, S.A. (AgdA).

FUNDAMENTOS: 1- As AgdA, na qualidade de entidade gestora dos sistemas de exploração e gestão dos serviços de água “em alta”, solicitaram a emissão de uma declaração de interesse público municipal relativamente à empreitada designada de “Adução de Ermidas-Sado e Fornalhas Velhas” para construção de infraestruturas para aumentar o abastecimento de água desde a ETA do Roxo até Avalade, Fornalhas Velhas, Ermidas-Sado, Outeiro do Lobo, Foros do Locário, Foros da Casa Nova e Bico.

2- A intervenção prevista implicará ações em áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional (REN) e na Reserva Agrícola Nacional (RAN). Como tal e para efeitos de instrução dos procedimentos no âmbito dos Regimes Jurídicos da REN e RAN é necessário a emissão de Declaração de Interesse Público Municipal.

3- Também o Contrato de Parceria Pública (CPP) celebrado em 13/08/2009, entre o Estado Português e 21 Municípios do Alentejo, incluindo Município de Santiago do Cacém, prevê na cláusula 14.^a que a entidade gestora da parceira (EGP) poderá constituir as servidões e requerer as expropriações necessárias à implantação e exploração de infraestruturas e equipamentos. As servidões ou expropriações dependem de declaração de utilidade pública por parte da Assembleia Municipal, correndo por conta da EGP as indemnizações a pagar.

4- A empreitada em causa é um projeto de relevante interesse público para o município, porquanto visa a salvaguarda e a satisfação de interesses básicos essenciais e de bem-estar das populações abrangidas.-----

5- Neste sentido aponta a informação técnica emitida pela Divisão de Projeto e Obras do MSC, no qual se demonstra de forma evidente o interesse e a relevância do referido projeto.”-----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor**, sendo **dezassete dos eleitos da CDU**, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Helder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Moraes Ribeiro Gonçalves, **um do eleito do PS**, Senhor Ricardo Jorge da Cruz, e **um do eleito do BE**, Senhor Rui Beles Vieira.-----

Dez abstenções, sendo **seis dos eleitos do PS**, senhores José Matos Cascão da Silva, Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva1 e Raquel Louro Vieira Correia, **quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais**, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Francisco Alfeirão Rodrigues, e António Manuel Alves Gamito de Matos.”-----

--- c) Projeto de Regulamento para Apoios financeiros a Atletas Individuais do Município de Santiago do Cacém;-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: 1.** Submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, o Projeto de Regulamento para Apoios Financeiros a Atletas Individuais do Município de Santiago do Cacém conforme documento anexo.*-----

2. Que a entrega de candidaturas, conforme é definido pelo artigo 5º, no primeiro ano de vigência do Regulamento, possa ser feita até 30 dias após a data de publicação em Diário da República.-----

FUNDAMENTOS: De Facto: 1.O Projeto de Regulamento foi submetido a consulta pública nos termos da legislação em vigor, não tendo sido registada a entrada de qualquer sugestão ou reclamação.-----

2. Considerando que a publicação deste regulamento ocorre em momento ulterior ao previsto para a entrega de candidaturas, conforme é definido pelo artigo 5º, no primeiro ano de vigência, essa entrega pode ser feita até 30 dias após a data de publicação do Regulamento em Diário da República.-----

De Direito: Ao abrigo das disposições conjugadas nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 33º e da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.”-----

*Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal.-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão:-----

Interveio o Senhor Tiago Silva, eleito do PS, referindo que o Regulamento devia ser melhorado, dado que apresentava alguma subjetividade e não era feita referência ao mérito dos atletas, considerando também que os atletas deviam ser federados de acordo com as modalidades praticadas.-----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que se tratava de um Regulamento muito aberto, subjetivo, e com algum articulado demasiado abrangente e indefinido, nomeadamente no que respeita ao carácter nacional e internacional das provas, à apreciação do mérito e às despesas a considerar, acrescentando que se tratava de princípios orientadores, pelo que, seria de rever o documento.-----

Interveio o Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, referindo que a subjetividade no texto do documento dava azo a diferentes leituras, considerando que era necessário proceder à sua revisão.-----

Mais referiu que devia ser pedido aos interessados o plano de ação relativo às atividades que pretendem desenvolver. -----

Acrescentou também que não estavam claras as questões relativas ao lugar onde são realizadas as provas e ao mérito dos atletas. -----

O Senhor Rui Vieira, eleito do BE, referiu que se tratava de uma proposta positiva de apoio ao desporto e aos atletas individuais, mas considerava que o conteúdo do documento devia ser revisto, no sentido de melhorar o seu articulado. -----

Mais referiu que o documento também devia incluir os atletas paralímpicos. -----

O Senhor Francisco Lobo de Vasconcellos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que embora se tratasse de uma iniciativa louvável do Município, considerava que era necessário melhorar o documento no sentido de reduzir o seu carácter subjetivo, tendo em conta que estava em causa a utilização de dinheiros públicos.

Interveio o Senhor José Cascão da Silva, eleito do PS, referindo que não encontrou no articulado do documento a conjugação com outros apoios complementares que possam existir.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se tratava de um documento que já tinha sido submetido a discussão pública, sem que tenham sido levantadas objeções ao mesmo, acrescentando que foram também ouvidos atletas, técnicos de desporto e associações desportivas. Mais referiu que não existiam dispositivos legais perfeitos e que, embora compreendesse as objeções que foram levantadas, iria manter a proposta, o que não invalidava que, no futuro, o documento não viesse a ser revisto e melhorado, com o contributo de todos. -----

Esclareceu ainda que no Regulamento não são indicados valores, os quais são definidos no Orçamento da Câmara Municipal. -----

Acrescentou que documento regulamentava a atribuição de apoio a atletas individuais, independentemente de serem ou não paralímpicos, e que o mérito dependia dos resultados obtidos pelos atletas.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor**, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Helder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges

Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz, e um do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira.-----

Seis abstenções, dos eleitos do PS, senhores José Matos Cascão da Silva, Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva1 e Raquel Louro Vieira Correia. -----

Quatro votos contra, dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Francisco Alfeirão Rodrigues, e António Manuel Alves Gamito de Matos.” -----

JUSTIFICAÇÕES DE VOTO: Pelo Senhor Manuel Mourão, em representação de eleitos do PS, foi apresentada a seguinte Declaração de Voto: “O Partido Socialista defende que há necessidade de regulamentar tudo aquilo que é apoio a nível individual, coletivo ou a instituições. -----

No caso em concreto, achamos que o presente Regulamento enferma por: -----

- a) Alguma subjetividade; -----
- b) Não contemplar a necessidade do candidato apresentar um plano de ação com as atividades que pretende realizar e respetivos custos; -----
- c) Não haver qualquer referência ao mérito que devia estar associado ao resultado a obter; -----
- d) Haver necessidade do documento ser melhorado. -----

É por isto que nos abstivemos.”-----

Pelo Senhor Pedro do Ó Ramos, em representação da Coligação Santiago do Cacém Mais, foi feita a seguinte Declaração de Voto: “Reconhecendo a importância da iniciativa e considerando louvável a criação de um Regulamento para apoiar os atletas individuais, consideramos que o Regulamento que a Câmara Municipal insistiu levar a votação é imperfeito.” -----

Pelo Senhor Rui Beles Vieira, eleito do BE, foi feita a seguinte Declaração de Voto: “Votei a favor por não querer inviabilizar o apoio aos atletas, embora considere que o Regulamento não satisfaz, contendo imprecisões e ambiguidades.” -----

--- d) Aquisição de combustíveis rodoviários – Autorização para assunção de compromissos plurianuais; -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, no âmbito do contrato que se pretende celebrar para “Fornecimento de combustíveis rodoviários, a granel, e em postos de abastecimento público através de cartão eletrónico”, que para o período de 36 meses, com início previsto a 01 de junho de 2018, tem o encargo estimado de 1 584 000,00 €, sendo a estimativa de repartição de encargos para cada os anos de 2018 de 308 000,00 €, de 2019, de 528.000,00 €, de 2020, de 528 000,00 €, e de 2021, de 220 000,00 €, valores já com o IVA incluído à taxa legal atualmente em vigor. -----

FUNDAMENTOS: Um - De acordo com o estabelecido na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Dois- Para cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação vigente. -----

Três – Decorrente da necessidade de abastecimento da frota do Município.” -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a **proposta** para discussão. -----
Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, solicitando os valores relativos à aquisição anterior. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **provada, por maioria, com dezoito votos a favor**, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Helder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira. -----

Sete votos contra, dos eleitos do PS, senhores José Matos Cascão da Silva, Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, Ricardo Jorge da Cruz e Raquel Louro Vieira Correia. -----

Quatro abstenções, dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Francisco Alfeirão Rodrigues, e António Manuel Alves Gamito de Matos.” -----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo Senhor José Cascão da Silva, em representação dos eleitos do PS, foi feita a seguinte Declaração de voto: “ Em nosso entender a assunção de compromissos plurianuais implica sempre a ocorrência de vantagens financeiras para a entidade que assume esses compromissos. -----

A informação recebida pela bancada do Partido Socialista é totalmente omissa no enumerar de qualquer vantagem financeira. -----

Apenas por esta razão a bancada do PS votou contra.” -----

Pelo Senhor Rui Beles Vieira, eleito do BE, foi feita a seguinte Declaração de Voto: “ Votei a favor, não querendo contrariar aquilo que são necessidades efetivas. Contudo, é reconhecida a posição do BE relativamente à necessidade de aquisição de viaturas elétrica. Pelo que, votando a favor, continuamos a divergir nesta questão, considerando que a Autarquia deve continuar a investir no sentido da conversão da frota.” -----

4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de novembro e dezembro de dois mil e dezassete, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou o documento para discussão. -----

PROCESSOS EM TRIBUNAL – EMPRESA ÁGUAS DE SANTO ANDRÉ. -----

Interveio a Senhora Dulce Rito, eleita do PS, questionando sobre as causas que deram origem às várias litigâncias com a empresa Águas de Santo André. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que se tratava de um conjunto de processos que se tem vindo a arrastar no tempo e que se reportam a uma situação em que Câmara Municipal tem razão. Mais informou que o problema começou aquando da extinção do Gabinete da Área de Sines, com a transferência da gestão do sistema de saneamento básico para a Câmara Municipal, ficando a gestão dos sistemas da água em

baixa e em alta para o Estado central, dado que, este não quis perder a vantagem da venda da água, em alta, ao Complexo Industrial de Sines. Acrescentou que, posteriormente, o Governo chefiado por José Sócrates decidiu criar a empresa Águas de Santo André, a qual começou a faturar à Câmara Municipal o pagamento de efluentes domésticos, quando é aquela empresa que vende a água e usa as infraestruturas municipais para a tratar, sem qualquer pagamento. Pelo que, a Autarquia começou a devolver as faturas, tendo aquela empresa recorrido aos tribunais, perdendo em todas as instâncias. -----

Mais informou que chegou a haver um entendimento entre a Câmara Municipal e a empresa Águas de Santo André, em que se acordou que a Autarquia não pagaria as faturas reclamadas e aquela empresa passava a pagar uma renda pela utilização das infraestruturas municipais de saneamento. Acrescentou que, entretanto, a empresa Águas de Santo André foi extinta, passando a gestão para a empresa Águas de Portugal, com a qual está a ser avaliada a situação.-----

Informou ainda que a população de Santo André não paga taxa de saneamento, porque a ERSAR não o permite, ao contrário do que acontece nas restantes freguesias, nas quais a gestão da água, em baixa, é uma competência do Município.-----

Referiu também que qualquer cidadão podia perceber que a razão está com o Município, sendo que, o pagamento exigido no Tribunal pela empresa Águas de Santo André, teria que ser retirado ao erário público, de uma forma injusta, pelo que, enquanto for Presidente da Câmara Municipal, os processos continuarão, caso não seja possível chegar a um entendimento com a outra parte. -----

APLICAÇÃO DE HERBICIDAS-----

Interveio o Senhor Rui Vieira, eleito do BE, referindo que era conhecida a posição do seu Partido sobre a necessidade de redução da aplicação de herbicidas, questionando sobre qual o tipo de herbicida utilizado pela Câmara Municipal.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador Albano Pereira, com competências delegadas nesta área, o qual esclareceu que não existia só uma marca dos produtos aplicados, mas a substância ativa utilizada e autorizada era a mesma, acrescentando que a única diferença verificada era que, atualmente, o produto atuava mais lentamente.-----

CARRINHA “ENGENHOCAS” – SERVIÇOS PRESTADOS-----

A Senhora Susana Pádua, eleita do PS, questionou sobre os serviços que têm sido prestados à população mais carenciada através da carrinha do “Engenhocas”, e se tem sido feitas deslocações às várias freguesias.-----

O Senhor Presidente referiu que os serviços municipais têm desenvolvido um trabalho altamente meritório com a carrinha do “Engenhocas”, em todas as freguesias. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário a relação, em **minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata.-----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra.-----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, eram zero horas e trinta minutos. -----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----
